



Carta da Rede RePART-PAS
Sede da Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA)
Sítio Jacaré, Igaci/AL

Nós, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, comunidades tradicionais, agricultoras e agricultores familiares, instituições de pesquisa e ensino e representantes de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional, reunidos no 1º Encontro RePART-PAS – Rede de Participação e Políticas Públicas de Alimentação Saudável do Agreste Alagoano, nos dias 27 e 28 de agosto de 2026, na sede da Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), no Sítio Jacaré, em Igaci/AL, declaramos nossa adesão à Rede RePART-PAS, comprometida com a segurança alimentar e nutricional, o controle social e a participação popular no agreste alagoano.

Por que esta rede nasce

Esta rede nasce da noção de que a fome é um problema intersetorial. Por isso, é imprescindível que os setores da assistência social, da saúde, da agricultura, da infraestrutura e da educação se envolvam e se impliquem com a promoção e a garantia da SAN no agreste alagoano. Nasce também da compreensão de que, no semiárido, não há segurança alimentar sem água. A estiagem é característica da nossa região, mas a falta de água, a fome e a exclusão não são fenômenos naturais: resultam de escolhas políticas. Assim, nos organizamos pela necessidade de união das nossas associações e comunidades para: identificar as pessoas responsáveis nos municípios e marcar uma primeira conversa; juntar quem está com necessidade alimentar e planejar ações conjuntas; incentivar as organizações civis e os conselheiros e conselheiras. Nasce também da decisão de fortalecer os processos de comunicação, de conhecimento e de incidência. Nasce, sobretudo, do desejo, da determinação, da sabedoria, do conhecimento, da vontade política e da humanidade de quem está aqui, pois o trabalho faz a diferença.

Princípios e valores que nos unem

Os princípios e valores que nos unem são: alimentação como direito humano; participação e organização coletiva e democrática; soberania e segurança alimentar como horizonte; agroecologia como caminho de produção e cuidado com a terra; convivência com o semiárido como projeto de vida no território; controle social e participação da sociedade civil nas decisões das políticas públicas

de alimentação; respeito aos povos e comunidades tradicionais e à agricultura familiar; e reconhecimento do trabalho das mulheres na produção de alimentos, no cuidado das famílias e na organização das comunidades.

Nossos desafios no território

O maior desafio é o fortalecimento da sociedade civil na participação dos COMSEAs. Ainda falta reconhecimento do trabalho dos conselheiros e do papel das associações e da sociedade civil nos espaços de participação das políticas públicas. É necessário levar em conta aquilo que os conselhos e as conferências propõem para as políticas de segurança alimentar em cada município do agreste alagoano. Enfrentamos a ausência de recursos para a segurança alimentar e também para as ações e a estrutura dos conselhos e o apoio aos conselheiros. Enfrentamos as dificuldades de acesso à informação e à formação para a atuação dos conselheiros e conselheiras de segurança alimentar. Enfrentamos, ainda, situações de falta de transparência, de intervenção e de perseguição política.

Enfrentamos também a falta de água para beber e para produzir em muitas comunidades, a ausência de saneamento na zona rural, a insegurança das famílias diante das estiagens prolongadas e dos eventos climáticos extremos, e a chegada dos produtos ultraprocessados às nossas mesas e às nossas escolas, empurrando para longe a comida de verdade. Enfrentamos, ainda, a falta de dados sobre quem passa fome nos nossos municípios, o que dificulta cobrar respostas dos gestores.

O que defendemos

Defendemos o compromisso e a participação efetiva das organizações da sociedade civil nos conselhos e nos espaços onde se decide sobre a alimentação. Defendemos que as políticas públicas sejam efetivas. Defendemos o fortalecimento dos saberes tradicionais e o compromisso com as necessidades dos povos tradicionais.

Defendemos a informação e a educação alimentar como direito: que a população saiba o que é um conselho para o município, que as ações dos COMSEAs sejam anunciadas e que tudo seja explicado às agricultoras e aos agricultores. Defendemos a partilha e a oportunidade de participação de todos.

Defendemos a segurança alimentar e nutricional como um todo, pela melhoria da alimentação saudável e de qualidade, em quantidade suficiente, com igualdade e equidade para todos, garantindo o direito das famílias a uma vida digna e a um acesso melhor a frutas e verduras, de modo que essa alimentação passe de geração em geração, e a erradicação das desigualdades sociais. Defendemos uma educação de qualidade para as famílias no campo, contextualizada com a realidade do semiárido e com a nossa cultura alimentar, o direito à saúde e à assistência social, e políticas públicas capazes de atender às diferenças de cada comunidade.

Defendemos a água como direito humano, e não como favor, mercadoria ou moeda de troca política. Defendemos as sementes crioulas como patrimônio das nossas comunidades e as guardiãs e guardiões que as mantêm vivas. Defendemos a comida de verdade, sem veneno e sem ultraprocessados, nas escolas e nas casas do agreste alagoano.

Defendemos a participação formal e institucional da sociedade civil, regida por legislação, principalmente por meio do COMSEA, do Conselho de Alimentação Escolar e do Conselho de Assistência Social, na elaboração das políticas de SAN e na elaboração do Plano Municipal de SAN e no monitoramento de suas ações. Defendemos a institucionalização e o fortalecimento do COMSEA em todos os municípios, com as famílias se organizando e buscando as secretarias responsáveis por

sua criação e o fortalecimento da própria rede.

Defendemos que os gestores públicos conduzam os processos de forma transparente, legal e correta, reconheçam que a insegurança alimentar é multifatorial e se comprometam com seus municípios.

Nossos compromissos

Nos comprometemos a participar das ações dos conselhos com engajamento, a representar nossas comunidades e a mobilizar a população para apresentar suas demandas em relação à segurança alimentar, levando os casos, quando necessário, ao COMSEA e à CAISAN.

Nos comprometemos a vigiar e investigar se os direitos estão sendo cumpridos, com atenção para: acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas, cobrar resultados da gestão em todas as reuniões do conselho e nos demais momentos em que for solicitado, e conhecer bem os canais de acesso às políticas para cobrar dos gestores.

Nos comprometemos a saber, de fato, quem são as famílias em maior situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar em nossos municípios, verificando esse número para criar estratégias de superação dessa realidade, e a colaborar com informações sobre as necessidades das famílias, compartilhando o que aprendemos entre nós e levando esse conhecimento também aos gestores da comunidade e da cidade.

Nos comprometemos a propor ações, programas e políticas que contribuam para a redução da fome e da insegurança alimentar, a unir forças com entidades, agricultores e agricultoras, associações e governo para garantir políticas públicas essenciais à vida e à segurança alimentar e nutricional, atentos e atentas principalmente à população idosa, às crianças e aos adolescentes, a unir os conselhos e lutar pela mudança, e a fortalecer as políticas públicas existentes.

Nos comprometemos, ainda, a inserir o tema da SAN nos processos de formação, inclusive transformando-o em projetos escolares na RECASA, a defender o direito a uma alimentação adequada, sem veneno e com boa qualidade nutricional, a organizar as famílias onde ainda não existem conselhos formados, buscando contato com as secretarias responsáveis pela sua formação, e a conduzir com transparência a prestação de contas em nossas associações e conselhos.

Nos comprometemos, também, a acompanhar a elaboração e a execução do Plano Municipal de SAN e do orçamento destinado à segurança alimentar em nossos municípios e a cuidar para que as mulheres e os jovens das nossas comunidades tenham lugar de fala e de decisão dentro da rede e dos conselhos.

Propostas para os governos

Propomos a ampliação do acesso à água para consumo humano e para produção de alimentos em todas as comunidades, com a garantia de água potável em todas as escolas e equipamentos públicos.

Propomos uma política municipal de saneamento rural e o acesso à energia solar nas comunidades rurais.

Propomos o fortalecimento e a ampliação do apoio à agricultura familiar e aos produtores locais, com assistência técnica e extensão rural (ATER), feiras da agricultura familiar, hortas escolares e comunitárias, e a ampliação das compras públicas por meio do PAA e do PNAE.

Propomos o fortalecimento da produção de alimentos agroecológicos e da transição agroecológica, com a adesão dos municípios ao Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos,

vigilância sobre a pulverização próxima às escolas, moradias e fontes de água, e apoio às famílias que fazem essa transição.

Propomos o apoio às casas e aos bancos comunitários de sementes crioulas e aos quintais produtivos.

Propomos o apoio à regularização fundiária e ao reconhecimento dos territórios das comunidades quilombolas e tradicionais, e a proteção da Caatinga.

Propomos que os governos municipais criem soluções de alimentação saudável para as periferias e para as comunidades mais carentes, cumprindo esse compromisso com urgência e com um olhar diferenciado para as comunidades tradicionais e quilombolas e população rural em geral.

Propomos mais recursos financeiros para que mais famílias sejam atendidas e para que a merenda chegue às escolas com mais qualidade, garantindo a aplicação de, no mínimo, 45% dos recursos do PNAE repassados pelo FNDE na aquisição direta de alimentos da agricultura familiar, conforme a Lei nº 15.226/2025, em vigor desde 1º de janeiro de 2026.

Propomos o fortalecimento dos canais de abastecimento de alimentos, com cozinhas comunitárias, restaurantes populares, bancos de alimentos e as feiras da agricultura familiar, priorizando comida de verdade.

Propomos uma lei municipal que regule o ambiente alimentar escolar, restringindo a venda e a publicidade de produtos ultraprocessados nas escolas, e a oferta de comida de verdade na rede municipal de ensino.

Propomos a valorização do patrimônio cultural e alimentar e a promoção de ações de educação alimentar envolvendo escolas, UBS, CRAS, associações comunitárias e demais equipamentos, direcionando também a saúde e a assistência social.

Propomos que os municípios produzam e divulguem o diagnóstico da insegurança alimentar em seu território, com uso do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) e do CadÚnico, entregando esses dados aos conselhos em linguagem que as comunidades compreendam.

Propomos que os governos deem as condições necessárias para que o COMSEA e a CAISAN funcionem e cumpram suas atribuições: local adequado, recursos financeiros, recursos humanos, secretaria executiva, transporte e infraestrutura de telefone, internet e computador, com autonomia para desenvolver o seu trabalho e o comprometimento das gestões com a adesão e o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no município.

Propomos a inclusão de recursos orçamentários destinados à SAN no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e a transparência das políticas de SAN, com informação regular da sua execução ao COMSEA e a publicação dos dados do PNAE, do PAA e das demais ações em linguagem acessível às comunidades.

Propomos a elaboração, a aprovação e o monitoramento participativos do Plano Municipal de SAN e a convocação regular das conferências municipais de segurança alimentar e nutricional, com condições de participação garantidas e devolutiva formal sobre o encaminhamento das suas deliberações.

Propomos reuniões regulares entre governo e conselhos, com a deliberação de secretários e demais responsáveis pela construção e pelo fortalecimento dos conselhos, garantindo condições para que a sociedade civil possa acompanhar essas reuniões, e ajuda de custo para que conselheiras e conselheiros participem de conferências e planos.

Propomos, por fim, que a representação do Estado (governo, prefeitura e secretarias e poder legislativo) cumpra seu papel, implementando e efetivando ações resolutivas, contínuas e pensadas estrategicamente entre os territórios, com um olhar humano e ativo diante das demandas da sociedade, garantindo que suas palavras se traduzam em ação, e não apenas em promessas.

Dirigimos esta carta às prefeituras e às câmaras municipais dos municípios do agreste alagoano, aos COMSEAs e às CAISANs municipais, ao Governo do Estado de Alagoas, à CAISAN e ao CONSEA estaduais, à Assembleia Legislativa de Alagoas e aos órgãos federais responsáveis pelas políticas de segurança alimentar e nutricional.

Assinatura e compromisso

Ao assinar esta carta, cada organização e cada pessoa assume publicamente os princípios e compromissos aqui firmados e passa a integrar a Rede RePART-PAS.

Território do Agreste Alagoano, 28 de agosto de 2026.

Organizações e instituições que assinam a Carta da Rede RePART-PAS:

1. Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Baixa do Capim — Arapiraca/AL
 2. Associação Espaço Cultural Sara Kali — Arapiraca/AL
 3. Sesc Alagoas — Programa Mesa Brasil, Arapiraca/AL
 4. Paróquia Santa Luzia de Siracusa — Campo Grande/AL
 5. Associação de Desenvolvimento Sustentável de Craíbas — Craíbas/AL
 6. Associação Juntos Somos Mais Fortes — Craíbas/AL
 7. Comunidade de Terreiro Caboclo Sete Penas Amarelas e Mãe Joaquina de Angola — Estrela de Alagoas/AL
 8. Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade (CISSAC) — Feira Grande/AL
 9. Paróquia Nossa Senhora da Conceição — Feira Grande/AL
 10. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — Girau do Ponciano/AL
 11. Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA) — Igaci/AL
 12. Associação Lar e Família — Igaci/AL
 13. Programa Paul Singer Alagoas — Igaci/AL
 14. Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição — Lagoa da Canoa/AL
 15. Associação Unidos pela Educação e Cultura — Lagoa da Canoa/AL
 16. Associação Limocabra — Limoeiro de Anadia/AL
 17. Associação Família de Anjo — Maceió/AL
 18. Igreja Batista do Pinheiro — Maceió/AL
 19. Associação dos Trabalhadores Rurais de Olho d'Água Grande — Olho d'Água Grande/AL
 20. Sindicato dos Trabalhadores Rurais — Olho d'Água Grande/AL
 21. Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa (Coopcam) — Palmeira dos Índios/AL
 22. Associação Serra da Boa Vista — Palmeira dos Índios/AL
 23. Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Gongo — São Sebastião/AL
 24. Sindicato dos Trabalhadores Rurais — São Sebastião/AL
 25. Associação Quilombola de Poços do Lunga — Taquarana/AL
 26. Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) — Alagoas
 27. Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Semiárido de Alagoas (RECASA)
 28. Rede Mutum — Articulação Alagoana de Agroecologia
 29. Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (Coppabacs)
 30. Laboratório de Pesquisa e Ação em Inovação Democrática (LAPID) — UFAL, Campus Arapiraca
 31. Embrapa Alimentos e Territórios
 32. Grupo de Pesquisa e Extensão ARENGA — Faculdade de Nutrição (FANUT), UFAL
- Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAs): 1. Arapiraca; 2. Craíbas; 3. Estrela de Alagoas; 4. Feira Grande; 5. Igaci; 6. Lagoa da Canoa; 7. Limoeiro de Anadia; 8. Palmeira dos Índios; 9. São Sebastião; 10. Traipu; 11. Campo Grande.